



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

### ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 25 de março de 2014, às 19h00min, nas dependências da Escola Municipal CEI Adriano Gustavo Carlos Robine, situada à Rua Vereador Elias Karam, nº 1.060, Bairro Fazendinha, Curitiba-PR, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, sob a presidência da Promotora de Justiça das Comunidades, Dra. Swami Mougenot Bonfim. **PARTICIPANTES:** Assinalou-se a presença da comunidade local, conforme lista em anexo e dos seguintes órgãos públicos e representantes: a) Marco Aurelio Lima de Mello, Administrador da Regional do Portão, representado por Cleunilton Marconatto RG nº 8104794; b) Dr. Reginaldo Nogueira Guimarães Jr, Advogado da COHAB-CT, OAB/PR 44.032, representado por Eliane Mazzucco Gioppo, advogada, OAB/PR nº 31818; c) Conselho Tutelar Regional Portão, representado por Marcia Ruiz, RG nº 4529689-0; e) Fundação de Ação Social – FAS, representada por Maria Nazaré Rufca Machado, RG nº 3511023-2. Foram convidados os seguintes Promotores de Justiça: a) Dr. Odone Serrano Junior, Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, ausente; b) Dra. Juliana Andrade da Cunha, Promotora de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude – Situação de Risco, ausente; c) Dra. Hírmínia Dorigan de Matos Diniz, Promotora de Justiça da Educação, ausente. Inicialmente, a Presidente agradeceu a presença de todos dando início as audiências no ano de 2014 na região. Após, fez a chamada dos notificados e a leitura da pauta, destacando os assuntos a serem tratados: 1) Irregularidade e vulnerabilidade das famílias e crianças nas seguintes comunidades: a) "Portelinha" e "Vila 101" (PA nº MPPR-0046.13.003851-9) e; b) "antiga fábrica Kaminski" (PA nº MPPR-



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

0046.12.005859-2); 2) Reassentamento famílias da Rua Henry Ford (PA nº MPPR-0046.14.001723-0). Dando sequência, a Presidente passou a apreciar o item "1" acerca das irregularidades existentes na comunidade "Portelinha" e "Vila 101". Relativamente ao item "a" foi apresentado um breve histórico dos fatos referentes às irregularidades em que se encontravam as famílias. A Presidente informou que foi realizada visita no local e feita uma requisição à FAS para verificar a situação em que se encontram as famílias. Foi elaborado relatório que relatou a precariedade das famílias ali residentes. A Presidente apresentou as representantes da COHAB, pedindo a manifestação das mesmas sobre a regularização das áreas. A senhora Daniela Pizzatto, esclareceu que existe um contato com "Mari", proprietária dos terrenos invadidos, que representa a empresa Plano Leve. Que há uma possibilidade de transferência e de subdivisão para regularização da área. Que aguardam um laudo do engenheiro e demais burocracias para regularização. Que acontecerá uma dação em pagamento em troca de parte do terreno. Que após a regularização da área a outra situação que deverá ser analisada será de recursos. Informou que a Prefeitura dispõe aos moradores, através da "Fila" da COHAB, para rendas de 0 a 3 salários mínimos e de 3 a 6 salários. Que a fila por antiguidade demora de 2 a 2, 5 (dois à dois anos e meio). A Presidente informou que foram registrados outros procedimentos na área da Educação e de crianças em situação de risco nas respectivas Promotorias de Justiça. Informou que o Conselho Tutelar foi oficiado e passou a palavra ao senhor Amaro Geraldo Hygino, que esclareceu que foi feito um levantamento, constatando-se a existência de 110 famílias, 170 crianças e adolescente, com aproximadamente 240 adultos nas ocupações. Que o Conselho Tutelar encaminhou pedido de vagas à Promotoria de Educação. A equipe da COHAB solicitou cópia do levantamento. A senhora Mary Magda Rodrigues Gomes, assistente social da COHAB questionou os dados levantados, sendo

---

Audiência Pública Fazendinha – Portão - 25/03/2014



## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

esclarecida pelo Conselheiro Amaro que levantou-se quantidade de moradores, faixa-etária, podendo identificar a necessidade de CMEI, escolas. O morador, Arildo Ribeiro Taborda, presidente da Associação Portelinha, argumentou que só na área "deles" moram 125 famílias e que pode repassar a lista ao Conselheiro. A senhora Maria, moradora, reclama que as crianças estão fora da "creche" e que não consegue a vaga. O Conselheiro disse que quando são procurados, eles encaminham ao Ministério Público e que a ação do Conselho Tutelar vai até esse momento, limitando-se a esse encaminhamento. A Presidente diz que a falta de vagas é generalizada e que a Secretaria de Educação tem que oferecer solução. A senhora Daniela Pizzatto diz que existe um Plano Diretor que vai ser reformulado e que estas questões estão sendo discutidas e que agora é o momento de levantar essas informações para inclusão no referido plano. A Presidente informou a existência de um Inquérito Civil na Promotoria de Educação sobre o tema falta de vagas escolares. Lembrou que a população deve cobrar o administrador público e fazer incluir suas reivindicações nos planos municipais e estaduais. Quanto ao item "b", a Presidente fez um breve histórico sobre o local pedindo os esclarecimentos pela senhora Maria Nazaré, representante da FAS, que sobre o território, disse que souberam, pela comunidade, que ali se encontrava um depósito e que "parece" que está ocorrendo uma tramitação comercial. Que estiveram lá por duas ocasiões, que primeiro souberam que algumas pessoas trabalhavam no local e residiam e outras apenas trabalhavam. Que retornaram entre fevereiro e março e se depararam com o "alambrado", encontrando no local apenas uma família. Que "parece" que o senhor Ademar, possível proprietário, fez oferta às famílias que ali residiam para oferta de cestas básicas. Que não sabe onde as famílias se encontram. A moradora, senhora Elisa dos Santos Fonseca, disse que alguns moradores receberam apenas um "carrinho de papel" e foram morar na rua. O senhor Arildo informou que duas



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

famílias estão residindo no "Portelinha". A senhora Nazaré informou que foi feito um mapeamento no "Portelinha" e um relatório da situação do local e que foram identificadas 125 famílias e que ainda continuam cadastrando para atendimento e demais encaminhamentos. Indicou o senhor Ariel, Coordenador do CRAS Portão para contato, sendo que este se colocou à disposição para atendimento das famílias, para os encaminhamentos necessários. A Presidente questionou se antes de oficiada a FAS para levantamento da situação na área, já havia sido feito algum mapeamento da área. A senhora Nazaré esclareceu que o mapeamento foi feito em 2013 e que o contato com as famílias é permanente, sendo que possuem um sistema de informação para atender sempre que surgir a necessidade. A Presidente questionou, ainda, se a partir do levantamento foram constatadas famílias sem cadastrado e a Assistente Social confirmou que sim, mas que procuram orientar as famílias acerca do cadastro para a assistência social, política de saúde, política de habitação. As técnicas da COHAB e FAS esclareceram a diferença entre os cadastros "CADÚnico" e Cadastro da "COHAB". A senhora Daniela Pizzatto pediu a palavra para informar que as famílias devem fazer inscrição na "Fila" da COHAB e se houver vulnerabilidade, abrir protocolo para análise social. A professora Cintia pediu a palavra para esclarecer que em relação à "Kaminski", seria interessante averiguar melhor a situação para evitar boatos, indicando que as pessoas procurem a FAS ou COHAB caso haja situação de risco. Lembrou que em momento anterior as pessoas não acreditavam na possibilidade de regularização da situação, mas que é necessário acreditar na possibilidade de melhoria, ainda que demore. "Acreditar no trabalho do Ministério Público". Pediu que as pessoas a procurem caso tenham conhecimento das famílias que saíram da "Kaminski" e não tenham sido acolhidas. A senhora Bruna Aparecida Miranda dos Santos, moradora, reclamou da forma como as famílias foram retiradas da área, pelo comprador, que foram retirados "como cachorros



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

sarmentos". A senhora Edna Aparecida Duarte, moradora, falou que a diretoria do CEI Francisco Klemtz solicitou RS10,00 para as famílias para ajudar na reforma, sendo orientada pela Conselheira Marcia Ruiz a apresentar o "bilhete" com o pedido para averiguação. A Presidente retomando a palavra, questionou se a comunidade e COHAB têm interesse em formar uma comissão para acompanhamento e reunião com a proprietária do terreno da área do "Portelinha". A Presidente sugeriu que 3 (três) representantes da comunidade participem da comissão. Foi sugerida a participação do senhor Arildo, "Dida", aprovado pela comunidade (com apenas uma manifestação contrária); O senhor Pedro, também aprovado pela comunidade e igualmente a professora Cintia. A comissão foi formada e será agendada data e horário para reunião com a proprietária do terreno. Dando continuidade, a Presidente passou para o item "2" para tratar do assunto relativo às famílias da Rua Henry Ford. A esse respeito, a Promotora pediu a manifestação da COHAB para fazer um breve histórico sobre o caso, informando que 5 famílias foram atendidas através de contrato com a CAIXA para residirem no Conjunto Parque Iguaçu, mas, posteriormente, desistiram e pediram a mudança para o Conjunto Aroeira Imbuia, aguardam nova habilitação junto à Caixa para o Aroeira Imbuia. Duas famílias têm impedimento documentais e, a senhora mais idosa tem renda superior ao critério de atendimento habitacional, caso não comprove a renda do critério, acabará ficando como remanescente, não podendo ser atendida pela COHAB. A Presidente informou que a Caixa Econômica foi oficiada para apresentar cronograma de entrega do empreendimento Aroeira Imbuia e Parque Iguaçu. Que a Promotoria de Justiça das Comunidades fará o acompanhamento da entrega das obras. Foi determinada a juntada dos documentos apresentados pelo senhor Sebastião Martins dos Santos, Assessor Parlamentar da Câmara, com informações sobre ação de reintegração de posse movida pela Prefeitura contra os moradores em trecho de

---

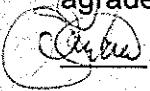
Audiência Pública Fazendinha – Portão - 25/03/2014



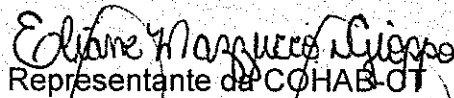
# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

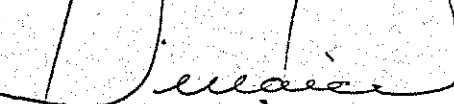
rua na vila "Portelinha". A presente audiência encerrou-se às 20h50min com os agradecimentos realizados pela Presidente. Eu, Vanessa Milene de Santana , assessora jurídica lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.

Curitiba, 25 de março de 2014.

  
Representante da COHAB-OT

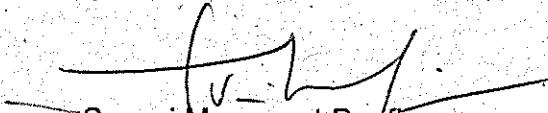
Coordenador e Gerente de Filial

Desenvolvimento Urbano e Rural  
Caixa Econômica Federal

  
Administração Regional Portão

Conselho Tutelar - Regional Portão

  
Fundação de Ação Social Portão - FAS

  
Swami-Mougenot Bonfim  
Promotora de Justiça

**Em tempo:** Antes de declarar encerrada a Audiência, a Presidente destacou a presença dos novos Promotores de Justiça que participaram do evento, bem como, agradeceu a presença da servidora Leonora S. L. Piovesan. Ressaltou, ainda, o grande incentivo dado pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gilberto Giacoia e pela Dra. Samia Saad Gallotti Bonavides, Procuradora de Justiça e Coordenadora do CEAF à realização de Audiências Públicas em todo Estado do Paraná.